



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**HABITAÇÃO E A TARIFA SOCIAL: DIREITOS E
GARANTIAS AOS USUÁRIOS DE BAIXA RENDA DO
LOTEAMENTO BRENNER DE SANTA MARIA/RS.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Alencar Rodrigo Wagner

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**HABITAÇÃO E A TARIFA SOCIAL: DIREITOS E
GARANTIAS AOS USUÁRIOS DE BAIXA RENDA DO
LOTEAMENTO BRENNER DE SANTA MARIA/RS.**

Por

Alencar Rodrigo Wagner

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social.**

Orientadora: Prof^a Me. Eliana M. Cogoy

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**Universidade Federal de Santa Caria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social**

A comissão examinadora abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso.

**HABITAÇÃO E A TARIFA SOCIAL: DIREITOS E GARANTIAS AOS
USUÁRIOS DE BAIXA RENDA DO LOTEAMENTO BRENNER DE
SANTA MARIA/RS.**

elaborado por
Alencar Rodrigo Wagner

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

COMISSÃO EXAMINADORA

Eliana M.Cogoy, Me.
(Presidente/Orientadora)

Sheila Kocourek, Dr^a
(UFSM)

Santa Maria, 15 de dezembro de 2014.

“Sonhar é o verbo mais bonito que existe, mas
realizar é o verbo mais importante da vida”

Raphel Gouvea Monteiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, por acreditar que era possível, e a meu pai, Ottmar Wagner em memória, que, enquanto esteve presente, nos educou e mostrou como ser digno e honrado nos momentos mais difíceis. Mãe e Pai, obrigado por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha existência e por guiar meus passos.

Agradeço à minha mãe, Maria Ledy Wagner, que foi mãe e pai em uma fase complicada da vida. Mas foi a fortaleza que eu precisava para que pudesse me tornar a pessoa que sou hoje.

Aos meus irmãos Tiago, Alexsandro e Alison, obrigado pelas conversas, discussões, pelas risadas e por vocês terem enorme paciência comigo.

Às minhas cunhadas, pelo incentivo e conversas de apoio.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, pelos momentos felizes com vocês.

Às minhas supervisoras de estágio, professoras Sheila e Eliana, obrigado pela atenção e carinho.

À minha orientadora, Prof^a. Me. Eliana M. Cogoy, pela dedicação e atenção prestadas para a produção desse trabalho.

Aos colegas do Curso de Serviço Social agradeço pelas risadas, pelo companheirismo, vocês contribuíram para a minha formação. Agradeço principalmente ao colega e companheiro de estágio, Reginaldo Marques, pelas longas conversas que tivemos.

Aos amigos e familiares que torceram pela minha formação.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela forma acolhedora e pelo ensino de qualidade.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

HABITAÇÃO E A TARIFA SOCIAL: DIREITOS E GARANTIAS AOS USUÁRIOS DE BAIXA RENDA DO LOTEAMENTO BRENNER DE SANTA MARIA/RS.

AUTOR: ALENCAR RODRIGO WAGNER
ORIENTADORA: ELIANA M. COGOY

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 15 de dezembro de 2014.

Este trabalho final de curso é um relato de experiência do projeto de intervenção desenvolvido durante o estágio realizado na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária da cidade de Santa Maria – RS. O projeto de intervenção teve como objetivo investigar se os beneficiários do PAC residentes no Loteamento Brenner tinham acesso ao benefício da Tarifa Social. Compreendendo a Tarifa Social como um programa social do governo achamos por bem realizar esse trabalho. A escolha do tema foi importante na medida em que se compreende que as famílias beneficiárias do PAC precisam ser conscientizadas, orientadas e encaminhadas para a efetivação de seus direitos acerca da política de habitação. A importância da habitação na vida das pessoas traz consigo o fortalecimento dos vínculos familiares, a efetivação de seus direitos, bem como, o resgate da cidadania. Diante disso o contato com a realidade social mostra a importância do Assistente Social na emancipação dos sujeitos, frente a desigualdade imposta pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social na política habitacional demonstra que, ao buscar estratégias no enfrentamento das questões sociais, é possível a efetivação dos direitos do cidadão e o fortalecimento das relações familiares.

Palavras-chaves: Cidadania; Política Habitacional; Serviço social; Tarifa Social.

RESUMEN

Ese trabajo final de conclusión de carrera es un relato de experiencia del proyecto de intervención desarrollado durante la pasantía realizada en la Secretaria de Municipio de Habitación y Regularización Fundiaria de la ciudad de Santa Maria -RS. El proyecto de intervención tuvo como objetivo investigar si los beneficiarios de PAC residentes en el Loteamiento Brenner tenían acceso al beneficio de la Tarifa Social. Compreendiendo la Tarifa Social cómo un programa social de gobierno, logramos realizar ese trabajo. La elección del tema fue importante puesto que se comprende que las familias beneficiarias del PAC necesitan ser concientizadas, orientadas y direccionadas para la efectucción de sus derechos a cerca de la política de habitación. La importancia de la habitación en la vida de las personas tras consigo el fortalecimiento de los vínculos familiares, la efectucción de sus derechos, así como el rescate de la ciudadanía. Además de eso, el contacto con la realidad indica la importancia del Asistente Social en la emancipación de los sujetos delante la desigualdad imposta por el sistema capitalista. En ese sentido, la actuación del Servicio Social en la política habitacional demuestra que, al buscar estrategias en el enfrentamiento de las cuestiones sociales es posible la efectucción de los derechos del ciudadano y lo fortalecimiento de las relaciones familiares.

Palabras-claves: Ciudadanía, política habitacional, servicio social, Tarifa Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	14
Figura 2.....	32
Figura 3.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	35
Tabela 2.....	36
Tabela 3.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CIDADANIA E A TARIFA SOCIAL UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	12
2.1 Cidadania e a Luta por Direitos	12
2.2 A trajetória da Tarifa Social.....	16
2.3 A Habitação e a Valorização de um Direito.....	20
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	22
3.1 A Política Habitacional na Realidade Brasileira.....	22
3.2 A Assistência Social uma garantia adquirida.....	27
4 O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS.....	30
4.1 Síntese de Experiência.....	33
4.2 Limites e possibilidades encontrados durante o Projeto de Intervenção....	37
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE.....	46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a questão da Tarifa Social na habitação, reflexão surgida durante o período de estágio supervisionado realizado junto ao Loteamento Brenner, através da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria – RS. Diante disso no Brasil, a habitação ainda é um tema que gera muitas questões seja no âmbito político, midiático e acadêmico. No que se refere a política, os debates em torno da moradia e da habitação geram calorosos discursos sobre investimentos, planos estratégicos, políticas habitacionais e programas de governo.

No entanto, segundo alguns governantes, esse tema é extremamente delicado, visto que, quando se fala em habitação, sobretudo políticas habitacionais, não devemos esquecer que não se trata somente de programas habitacionais na zona urbana, onde são construídos condomínios populares e loteamentos destinados a população de baixa renda. As políticas habitacionais contemplam outras áreas: as famílias do campo e a população rural.

No caso da esfera nacional, as políticas habitacionais, sobretudo no que diz respeito ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) comumente são associadas a construção de casas populares em cidades da zona urbana. No entanto, não podemos esquecer que se falarmos sobre habitação em âmbito nacional, esse tema contempla as populações do campo, as aldeias indígenas, e tantas outras espalhadas pelo país, que não fazem parte das zonas urbanas.

As discussões sobre habitação na esfera da mídia, na verdade acaba fortalecendo esse discurso ou imaginário social sobre políticas habitacionais relacionadas as moradias na zona urbana: nos noticiários de jornais e televisão os assuntos relacionados ao PAC da habitação decorrem de temas sobre construção de moradias populares nos mais variados (e longínquos) bairros das grandes cidades.

Na esfera acadêmica, os assuntos sobre políticas governamentais geram calorosos debates, sobretudo de cunho social; políticas assistencialistas, programas de governo, e questões sobre democracia popular.

A democracia no Brasil após o regime militar, contribuiu para que programas sociais do governo federal diminuísse a desigualdade entre a população brasileira. Embora a pobreza no país neste período não havia sido percebida como um problema na sociedade, nos anos 1980 o Ministério de Minas e Energia havia elaborado um Programa de tarifação de energia denominado Tarifa Social que beneficiaria entre outros, pessoas de baixa renda. Com o início da Democracia a década dos anos 1990 a pobreza começa ser discutida, e o governo começa a elaborar Programas Sociais de distribuição de renda as famílias pobres. Estes Programas começaram a ficar evidentes durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com o Programa de Renda Mínima/Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) entre outros. Importante salientar que no plano econômico com a introdução do Plano Real também foi possível as famílias de baixa renda adquirir produtos que até então era inviáveis devido a condição que a economia do país passava.

Quando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Cadastro Único, um instrumento de coleta de dados para identificar todas as famílias de baixa renda existentes. Foi possível incluir inúmeras famílias nos programas sociais de erradicação da fome e da miséria, que persistiam no contexto histórico de nosso país. Foi a partir do ano de 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com a continuação deste trabalho com a presidente Dilma Rousseff que a efetivação das políticas sociais começaram a contribuir significativamente para que as famílias brasileiras de baixa renda obtenham uma melhora na sua condição de vida. Houve grande avanço para incluir estas famílias em programas de assistência social e redistribuição de renda em programas como o ¹Bolsa Família que passou por uma pequena reformulação e foi decisivo no combate à desigualdade entre a população. Estes programas sociais geram material para trabalhos acadêmicos, mostrando o avanço da população brasileira no equilíbrio da renda e melhora de vida dos habitantes brasileiros. Um destes programas é a referência deste trabalho acadêmico a Tarifa Social desde sua criação, surgida nos anos 1980 até sua reformulação durante o governo Lula, e seus benefícios a população de baixa renda.

¹ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. (Ministério Desenvolvimento social – BRASIL)

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: na presente introdução discorreremos sobre o tema da habitação e sua relação com os programas sociais no país; no capítulo II, abordamos a questão da cidadania e a efetivação da Tarifa Social como programa de governo; no capítulo III apresentamos algumas considerações sobre a Política habitacional e a Assistência Social; no capítulo IV tecemos algumas considerações acerca de algumas reflexões surgidas no processo de estágio que foi o objeto do trabalho final; por fim apresentamos as considerações finais do presente trabalho.

2 CIDADANIA E A TARIFA SOCIAL UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Neste capítulo primeiramente trataremos a Importância da Cidadania e a Luta por Direitos Sociais no Brasil, além da trajetória de conquistas dos direitos sociais após a Constituição Federal de 1988. Em um segundo capítulo será abordado em específico a Tarifa Social sua história e sua importância na vida dos cidadãos. E em um Terceiro Momento apresentaremos a Habitação e seu valor atribuído de forma que fica evidente a desigualdade existente entre a população de Baixa Renda, diante de uma sociedade capitalista.

2.1 Cidadania e a Luta por Direitos

No Brasil, nossos direitos enquanto cidadãos brasileiros foram abafados pelo regime militar, que perdurou por 21 anos (1964-1985). Neste período nossa liberdade de expressão, nosso direito de ir e vir, sem uma vigilância autoritária e nossa busca por uma democracia participativa, eram expressos de forma silenciosa com medo de retaliação por parte dos militares. Mesmo neste período turbulento muitos atores sociais como sociólogos e pesquisadores foram fundamentais na luta por reformas políticas e sociais.

“O mecanismo que regula a tensão entre a sociedade civil e o Estado é a cidadania, vez que por um lado, limita os poderes do Estado, por outro, universaliza e igualiza as particularidades dos sujeitos de modo a facilitar o controle social de suas atividades” (SANTOS, 1995, p.12)

O movimento repressor conhecido como “anos de chumbo” na ditadura, por um lado, mostrou quanto o regime militar blindava de forma violenta e repressora a esperança do povo por direitos sociais, por outro, a luta silenciosa de militantes e estudantes traziam à tona a vontade da nação de ter direito a escolha de eleger seu presidente e promulgar uma constituição efetiva. Após os militares se retirarem do cenário nacional em 1985, abrindo caminho para democracia, começou uma verdadeira luta por direitos que haviam sido sufocados pelo regime. Segundo Carvalho:

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (CARVALHO, 2011, p. 10)

A Constituição Federal de 1988 chamada de “Constituição Cidadã”, trouxe à tona uma série de reformas sociais onde o cidadão viu surgir seus direitos através de sua participação cidadã no processo democrático ocorrido nos anos 1980. Ao mesmo tempo que podemos vislumbrar a liberdade de expressão, os direitos e deveres civis sendo repensados houve um aumento significativo da desigualdade, e o desrespeito aos direitos sociais.

Considerando que a cidadania tem como pressuposto a Participação e a garantia e a efetividade de direitos, isso implica a real prestação de serviços pelo poder público e existência de condições (ou meios) de vida, com desenvolvimento pessoal na diversidade explícita de culturas, gênero, raça, etnia e opções religiosas, sexuais, e de modos de existência. (FALEIROS, 2006, p. 06).

A desigualdade mostrou seu lado negativo há sociedade brasileira que até então era encoberta pela repressão política que estava em vigor no país durante a ditadura. A luta pelos direitos sociais, a emergência por uma sociedade mais digna e justa, proporcionou aos cidadãos lutar por estes direitos após a Constituição de 1988. Diante disso ter uma sociedade igualitária, onde a pobreza seja combatida por todas as esferas políticas, é o primeiro passo para igualar todas as classes sociais. O Brasil ocupa um dos piores índices de pobreza entre muitos países, sofre para diminuir tamanha desigualdade e pobreza. Os avanços dos Programas Sociais e os

investimentos feitos nestes Programas pelo Governo Federal vêm crescendo gradativamente conforme dados citados (figura 1):



Figura 1. Fonte IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Ao contextualizarmos a pobreza, e a desigualdade, perpassamos pelos direitos civis que não são respeitados. A Cidadania por muitas vezes fica encoberta pela negação destes direitos, sendo percebida como algo real mas fica distante quando a igualdade entre os cidadãos expressa Constituição Federal de 1988 torna-se obsoleta. Neste contexto Frischeisen comenta:

A igualdade de todos os cidadãos só é real se existem igualdade de oportunidades (também denominada como igualdade de chances ou igualdade na liberdade), pois que ligada com a própria natureza do que seria o justo, que só se realiza com as prestações positivas do Estado. (FRISCHEISE, 2000, p. 71).

A forma de cidadania nos dias de hoje, parte do princípio que todos temos somente direitos, esquecemos os deveres pelo que tanto lutamos. O dever de respeitar nossas leis, sermos cidadãos justos e educados. Segundo Carvalho (2011) “A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política”. Neste aspecto a Constituição Federal está sendo colocada de lado, o desrespeito, a banalização contra o sujeito, fica cada vez mais evidente no cotidiano do povo brasileiro. A exclusão social e a

falta de perspectiva, além do aumento desordenado das cidades e de urbanização, constituiu uma demanda enorme do povo em busca de melhores condições de vida. Esses problemas configuram um extenso debate entre sociólogos, apontando a fragilidade de diversos setores da sociedade. Muitos dos itens expostos no artigo 7º da Constituição são direitos conquistados que o Estado problematiza com investimentos insatisfatórios para a população.

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL, 1988).

Diante disso conforme artigo da Constituição Federal 1988, entre os direitos citados temos moradia como um dos mais problemáticos para o Estado, pois o direito a um lar contempla ao cidadão uma valorização da dignidade humana. A habitação tem a mesma importância que a vida e a saúde, a maioria da população brasileira vive em condições mínimas de subsistência, em moradias precárias, em áreas de risco, buscando junto ao governo condições para seu habitat e para garantia de vida. Para muitas famílias de baixa renda o acesso à habitação sempre foi um marco negativamente histórico, historicamente a baixa renda não permitia acesso a créditos habitacionais.

Mesmo nos dias de hoje, com a inserção destas famílias de ²baixa renda em programas sociais, continua uma luta popular por moradia. O esforço do governo desde o ano de 2003 na redistribuição de renda no país, para melhorar a desigualdade existentes entre as classes, buscou corrigir a omissão de outros governos na habitação, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) conseguindo ao menos amenizar o déficit habitacional existente no país.

Desse modo a moradia como um direito adquirido requer uma reflexão sobre uma questão que é negada pelos governos brasileiros, a habitação como está explicita na Constituição Federal de 1988, é direito de todos. Nossos governos buscaram investir na economia com o propósito de equilibrar as contas e salvaguardar seu patrimônio. Neste movimento de equilíbrio está expresso a desigualdade social, aliado com um déficit habitacional histórico que perdura até os dias de hoje. Junto com a moradia a inclusão de Programas Sociais torna-se

² Segundo o IPEA Baixa renda é considerada quando pessoas de um núcleo familiar tem uma renda per capita de meio salário mínimo.

fundamental a população mais pobre e um destes Programas a Tarifa Social é o tema central do trabalho.

2.2 A trajetória da Tarifa Social

Nos últimos anos, uma parte da população brasileira que vive à margem da sociedade considerada de baixa renda, em situação de pobreza ou extrema pobreza, vem sendo beneficiada com programas sociais do governo federal. Exemplo destes programas são o³Bolsa Família, ⁴Minha Casa Minha Vida entre outros. Estes programas contribuíram para uma melhor condição social e para uma vida mais digna da população. Podemos afirmar que a desigualdade social continua sendo um dos problemas mais fortes enfrentados pelos governantes do país.

Amostra do Censo 2010 evidenciam desigualdades entre a população que residia em aglomerados subnormais (assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos e palafitas, entre outros) e a que morava nas demais regiões dos municípios, diferenças estas que se evidenciavam também entre as cinco grandes regiões do país. Enquanto 14,7% da população residente em outras áreas tinha concluído o ensino superior, nos aglomerados esse percentual era de 1,6%. (IBGE, 2010)

Para se ter acesso a estes programas as famílias brasileiras consideradas de baixa renda precisam estar enquadradas em uma séria de critérios dispostos pelo programa, para que seja efetivado o benefício. Um destes critérios é a inscrição da família no CadÚnico programa do governo federal sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social, usado como banco de dados para conhecer a realidade social das famílias brasileiras. Onde a família considerada pobre e que esteja inscrita, necessita ter uma renda de R\$ 77,01 reais (setenta reais) e R\$154 reais (cento e cinquenta e quatro reais). Este banco de dados identifica as famílias dentro do território onde se encontra, sendo uma ferramenta atualizada com a ajuda dos Estados e Municípios do país.

³ Bolsa Família foi criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Visa a inclusão social, transferência de renda e acesso a serviços essenciais.

⁴ Programa do Governo Federal para construção de unidades habitacionais respeitando algumas condicionalidades.

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios. (BRASIL, 2014)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística no que se refere ao Cadastro Único para famílias de baixa renda:

“Atualmente, no Cadastro Único existem 26,2 milhões de famílias cadastradas, sendo pouco mais da metade famílias beneficiárias do Bolsa Família. A ampla maioria (89,9%) possui renda familiar per capita declarada de até ½ salário mínimo. A evolução do Programa desde 2004 mostra um crescimento contínuo do número de beneficiários até 2012 e uma relativa estabilidade na distribuição dos beneficiários desses rendimentos por Grandes Regiões. A Região Nordeste concentra, aproximadamente, metade dos beneficiários do Programa e a Sudeste, cerca de 25%. A Região Norte ganhou participação relativa, enquanto a da Região Sul declinou ao longo dos anos”(IBGE,2013,p,187).

Os dados mostram que estes programas sociais, além de ter um papel fundamental no desenvolvimento da população, contribuem também como forma de distribuição de renda, diminuindo a desigualdade entre as classes sociais do país. Para Soares (2004), a eficiência do Bolsa-Família, no contexto atual, não reside [...] no aumento do “controle” sobre os pobres para uma “perfeita focalização”. O risco que deve ser evitado não é o de sair do alvo ao incluir uma faixa reduzida de pessoas que não precisaria dessa pequena parcela de renda a mais, e sim deixar de fora os que precisam.

Programas sociais como o Bolsa Família instituíram um significado de esperança para famílias sem perspectiva de crescimento social. Esse Programa reforçou acesso a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Ao mudar esta perspectiva para enfrentamento da pobreza, podemos analisar quando Amartya Sen argumenta:

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma

peessoa” (Sen, 2002; p.109).

Assim sendo Amartya Sen, define a pobreza como uma privação básica da capacidade humana, que piora sem uma renda mínima definida. Neste aspecto o Bolsa Família vem conseguindo uma melhora gradativa na diminuição da pobreza,mas juntamente com esta transição entre a desigualdade e a redistribuição de renda,o Programa vem sofrendo duras críticas sobre a alegação de mal uso pelo governo em relação a pouca fiscalização, e por não contribuir para o crescimento individual do cidadão.

[...]dificuldades para o desenvolvimento de mecanismos e critérios justos e capazes de alcançar toda a população-alvo de um determinado programa, sendo, no caso brasileiro, agravado pelo tamanho do território, diversidade das realidades econômica, social e política dos municípios, além da cultura patrimonialista, do favor e do desvio, com tendências ao favorecimento de parentes, amigos e correligionários. (SILVA, 2010, p. 105)

A dificuldade de controle sobre os Programas dentro do governo, não impediu que eles fossem sendo enquadrados como forma de garantir direitos sociais. Dentre estes Programas podemos salientar o bolsa-alimentação, bolsa escola, a Tarifa social entre outros. A Tarifa Social constitui um importante programa para as famílias cadastradas de baixa renda ou de extrema pobreza. Este programa também foi usado como benefício a todas esta famílias, por se enquadrar no que diz respeito a proporcionar uma melhor condição de vida, garantindo direitos de ascensão social a esta camada da população mais pobre. Mas para falar sobre esse Programa que é o objetivo deste capítulo, é necessário contextualizar este programa que teve seu início nos anos de 1980, e sofreu alterações ao longo dos anos, até ser moldado conforme as políticas sociais dos dias atuais.

O programa da Tarifa Social foi criado pelo Ministério de Minas e Energia pela portaria de nº 817 de 28 de junho de 1985, apresentando uma proposta para tarifas de residência de cunho social definindo estes usuários como de consumidores de “baixa renda”. Esta proposta compreendia a garantia da população de baixa renda, para que tivesse um consumo essencial de energia, proporcionando à algumas famílias o uso de seus utensílios domésticos.

“Os descontos referentes à Tarifa Social continuaram sendo concedidos a todos os consumidores residenciais, tendo como único critério o nível de consumo. A utilização desse único critério tinha como fundamento a suposta correlação entre consumo de energia elétrica e renda do consumidor.” (TAVARES, p 66,2003)

O governo brasileiro deste período estava preocupado com o endividamento do setor elétrico e o valor baixo da tarifa. O governo brasileiro abriu o livre acesso a malha federal de distribuição de energia, para a concorrência entre as concessionárias, a exploração e ao incentivo para a geração de energia. Neste período os reajustes na tarifação continuaram mais frequentes, embora a Tarifa Social fosse sendo proporcionada a todos que necessitassem, o critério continuava sendo sempre o mesmo, o consumo. Pois, na lógica do governo, o consumo diário de energia estava diretamente ligada a renda do consumidor em potencial.

Nos anos de 1995, o governo reestrutura a Tarifa Social e cria Subclasse Residencial de Baixa Renda, tarifando o consumo neste modelo através dos KWh gastos pelo usuário. Neste sistema, tantos KWh gastos incidem em quanto será seu desconto. Este modelo é o que se aproximada do modelo usado nos dias atuais.

” A utilização do critério de consumo mensal, expresso em kWh, para inferir a renda do usuário de “baixa renda” fundamenta-se na pressuposição de que baixos níveis de consumo resultam de baixos níveis de renda, o que justificaria a concessão da Tarifa Social” (TAVARES, 2003, p 74).

Após definir critérios para cada concessionária sobre a classificação da Sub Classe Residencial Baixa Renda para receber a Tarifa Social, estudos foram feitos pela ANEEL no ano de 1999, sobre como estava a implantação da Tarifa Social no território nacional. Estes estudos mostraram a inadequação da tarifação entre os Estados brasileiros, pois, os Estados mais ricos comportavam o maior número de consumidores de Baixa Renda, enquanto que os Estados mais pobres tinham o menor índice de consumidores da Tarifa Social. No ano de 2001, o país passou por uma crise de abastecimento no setor de energia elétrica, o governo cuidou de proteger os Consumidores de Baixa Renda, para que não sofressem com o Plano de Racionamento pensado pelo governo. Segundo Pereira:

O básico é direito indisponível (isto é, inegociável) e incondicional de todos, e quem não o tem por falhas do sistema socioeconômico terá que ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema (PEREIRA, 2002, p.35).

Como o básico é direito de todos o governo Lula (2003) com base no acesso da população aos programas sociais busca moldar esta mesma Tarifa Social no que se referia ao abastecimento residencial de água e o saneamento básico nas residências. Embora outros governos anteriores tentaram um equilíbrio para equalizar o abastecimento de água sem acarretar ônus ao Estado, o governo Lula

diante de um planejamento buscou efetivar toda a forma de benefícios as famílias de baixa renda, distribuindo com os Programas Sociais e contribuindo através dos mesmos com a renda e uma melhor condição de vida a estas famílias. Coube a cada estado da federação avaliar e estabelecer os critérios para o desconto da Tarifa Social no abastecimento de água, para as famílias de baixa renda de seus respectivos municípios. Conforme a Lei Federal nº 11.445/2007 e os respectivos artigos 29,30 e 31 de seu capítulo 4º. O único critério estabelecido e que cabe a todos os estados e municípios é de que toda família deveria estar inscrita no Cadúnico e no Programa Bolsa família, respeitando assim o critério de renda mínima entre R\$ 77,01 e R\$154 reais estabelecida pelo governo federal.

2.3 A Habitação e a Valorização de um Direito

A moradia é uma necessidade humana, como já foi explanada neste trabalho, ela contempla não algo individual, muito menos material, mas sim como um conjunto de bens sociais possibilitando a interação dos agentes sociais compostos neste contexto. Não importa onde o cidadão esteja, seja no campo ou na cidade, a interação com seu meio perpassa pela necessidade de desenvolver sua capacidade de interação com a sociedade e sua posição social. Nesse sentido a moradia consiste em um fator determinante para esta interação.

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas do indivíduo. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto e sempre preciso morar (RODRIGUES,1990, p.11).

A habitação não pode ser simplesmente considerada como uma moradia, ela amplia os direitos do cidadão como os princípios de segurança, de habitabilidade, e de toda a infraestrutura como: água potável, transporte e energia. A moradia não se solidifica somente em sua construção forte, em terreno seguro, ela ultrapassa o material, o físico, a moradia de qualquer sujeito está ligado a relação familiar de proteção e conforto a todos que nela residem. O conceito de habitação vem sofrendo alterações nos últimos anos. A habitação para além do princípio básico do direito, constitui nos dias atuais a condição para o desenvolvimento de grupos, de

coletividade e de identidade. A habitação passou a constituir um ⁵“mínimo social” para que todo o indivíduo no seu devido direito, possa desenvolver suas capacidades de interação com o meio social onde vive, garantindo assim seu direito elementar de cidadania.

“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social” (DALLARI,1998. p.14)

Na lógica de mercado a habitação acabou constituindo valor de bem de consumo dentro da ideologia de governos capitalistas. O domínio pelo direito de espaço urbano, acaba tornando a moradia um princípio de expansão econômica e muitas vezes ideológicas por parte do Estado. Ao ocupar espaços urbanos, comprimindo ou expandindo cidades, o domínio pela terra acabou por abrir uma luta desigual entre as classes. Este movimento acaba por denominar uma atribuição a terra, posteriormente ao conceito de habitar de todo o cidadão. Ao atribuir valor ao espaço de moradia, o governo não só acaba criando um problema social, mas também acaba criando um círculo de vícios entre os proprietários de terras e a especulação sobre o preço da terra ou moradia.

Tanto as autoridades governamentais ligados à política de habitação quanto os representantes do capital imobiliário refere-se frequentemente à questão da habitação em termos numéricos de déficits ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. (MARICATO, 1997, p.42-43).

Ainda segundo MARICATO (1997) a habitação urbana vai além do número de casas, mas sim é conectada a toda uma infra - estrutura de água, esgoto, transporte coletivo e de coleta seletiva de lixo entre outros. A falta de investimento foi a principal falha dos governos brasileiros antes dos anos 2000. Foi com a ascensão dos chamados governos sociais que os investimentos nesta área possibilitaram que a camada mais pobre da população, pode perceber que seus direitos não estavam antes sendo respeitados.

⁵ Segundo Potyara Perreira (2008), os mínimos sociais são geralmente definidos como recursos mínimos, destinados a pessoas incapazes de prover por meio de seu próprio trabalho e sua subsistência. Tais recursos assumem frequentemente a forma de renda e de outros benefícios incidentes, setorialmente, sobre as áreas da saúde, da educação, da habitação, etc.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Neste capítulo primeiramente momento iremos tratar da Política Habitacional, o déficit da moradia em um país onde a desigualdade permanece embora os avanços feitos na distribuição de renda no país. Em um segundo momento será tratado a importância da Política de Assistência Social, mas ao mesmo tempo como se procedeu o trabalho durante a repressão da ditadura militar no Brasil. A Assistência Social e seu percurso até a chegada da LOAS e o SUAS e a mudança significativa na vida das classes mais pobres da população.

3.1 A Política Habitacional na Realidade Brasileira

Como forma de tentar amenizar o déficit habitacional a primeira Política Habitacional foi aprovada no ano de mil novecentos e quarenta e seis. Neste ano foi criado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, a Fundação Casa Popular – FCP. Um órgão para centralizar a Política Habitacional com o objetivo de apoiar os Estados e Municípios, na melhoria de condições de moradia da população, principalmente a de baixa renda. Inicialmente a Fundação Casa Popular foi pensada como uma instituição, que obtivesse recursos para controle próprio, com autonomia de financiamento o que efetivamente não ocorreu. A Fundação passou a depender de verbas exclusivas do governo federal, de auxílio de governadores que hora eram contra, hora a favor da Política Habitacional. Este desencontro entre o governo e o problema habitacional que precisava enfrentar, desencadeou diversas ocupações irregulares pelo povo que necessitava de moradia.

Neste período Da Fundação Casa Popular o governo usava os recursos disponíveis e construía onde seus interesses eram mais favoráveis, não havia como construir casas para todos. Todavia mesmo as famílias pobres passando por um critério de seleção (o que foi feito em muitos casos), poucos foram os beneficiados pelo país que conseguiram moradias. Esta política constituiu-se em um fracasso

devido a interesses políticos, poucos recursos, ausência de uma coordenação do governo para enfrentar o problema habitacional que era evidente no país.

Em 1953, houve uma tentativa de dar sustentação a Fundação Casa Popular, como uma proposta de criar um banco hipotecário. A primeira ideia foi de uma carteira hipotecária que ficaria vinculada a Fundação. Com a fragilidade da Fundação Casa Popular no que se referia ao retorno e a manutenção financeira, o pensamento de transformar a carteira hipotecária em banco logo foi projetada. Embora o banco esteve atrelado a (FCP) a criação do mesmo resultaria em um novo modelo de política habitacional, o que tornou-se inviável pela fragilidade do mercado financeiro brasileiro e pelo poder público pouco operante.

Com o golpe militar de mil novecentos e sessenta e quatro, o medo de uma invasão comunista estava presente dentro do governo. O populismo já era considerado passado, o que restava de manifestações de ordem social o regime militar reprimia com forte censura e repreensão. A política de habitação outrora uma política de caráter social, começava a perder força com o retrocesso da democracia, a proibição de eleições, então as massas populares acabavam ficando de fora das decisões políticas e dos programas sociais.

No período da ditadura militar, instituída com o golpe de 1964, a política social foi amplamente utilizada como compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos, praticado pelo Estado, que, graças à existência à época de um ciclo econômico expansivo internacional, deu continuidade à industrialização desenvolvimentista no país (PEREIRA, 2012, p.73).

Neste período o “milagre econômico” (aumento da infraestrutura, índices de empregos altos etc.) na ditadura militar, fortaleceu o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) com uma forte industrialização, mas em contrapartida a crise na habitação devido a urbanização descontrolada era um problema, era preciso consolidar uma política de financiamento a população, e para estruturar o setor da construção civil da habitação.

A solução encontrada pelo regime militar foi criar o Banco Nacional da Habitação o BNH, Lei Nº. 4.380 de 21 de agosto de 1964. Esta criação do BNH, teve como base a tentativa de mostrar a preocupação do regime militar com a habitação para as classes mais pobres e tentar contar com o apoio da massa popular que necessitava de moradia, mas estava descontente com o governo. Inicialmente o BNH tinha por objetivo tratar da construção da casa própria para o trabalhador de renda baixa, através de financiamentos ao trabalhador. Desse modo o governo

assumiu frente ao seu plano habitacional, pois, junto com a Lei que instituiu o BNH, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação que usava a chamada poupança compulsória do FGTS do trabalhador, para não usar somente recursos do banco e não ocorrer uma possível quebra caso houvesse inadimplência em massa. Desta forma foi possível criar uma rede com outros bancos privados para que o sistema funcionasse, sob supervisão do BNH.

Ficou claro neste período que a única maneira de o Estado poder financiar casas populares na época, era com o dinheiro do próprio trabalhador.

Com o 'milagre econômico', de 1968 a 1974, em que a economia do País cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, encerrando-se com o recrudescimento da inflação, a crise internacional do petróleo e a conseqüente redução da oferta de capitais externos, as cidades são espaços privilegiados desse modelo, que se alicerçou na exploração do trabalho e na concentração de renda. (PAZ & JUNQUEIRA, 2010, p. 10).

Criando estratégias de promover seu programa de governo, o mesmo percebeu a importância de promover agentes de controle, uma assistência federal aos estados e municípios no que se referia à habitação. Criou-se as Companhias Habitacionais as chamadas COHAB sob a Lei nº 4830 de 21 de agosto de 1964. Esta companhias emprestavam dinheiro do BNH, construíam as casas (unidades habitacionais) e posteriormente vendiam como forma de manter o empréstimo feito junto ao banco e pagar sua dívida. Como o cálculo do FGTS era diferente, do cálculo usado para a habitação, a inadimplência entre os mutuários das casas era enorme, então o governo diminuiu o investimento habitacional para as famílias de baixa renda, e aumentou os das famílias de classe média.

No final dos anos de 1970 a crise econômica mundial denominada Crise Energética afetou o sistema econômico do país devido à forte recessão na economia. Este fato aumentou a inflação, a queda dos níveis de salário entre os trabalhadores e o desemprego no Brasil. O governo do regime militar no Brasil já sofria enorme pressão da população dos grandes centros urbanos a crise econômica e o alto custo dos terrenos forçaram famílias de menor poder aquisitivo a buscar as periferias acelerando o processo de moradias precárias e o aumento de favelas. Após o fim da ditadura militar o governo federal buscou uma reestruturação na nova democracia com novas políticas econômicas e sociais. A extinção do Banco

Nacional da Habitação ocorreu em 1986, pelo Decreto-Lei 2.291/86, sancionado por José Sarney. O então presidente buscava a contenção de despesas e reformulação de uma política habitacional mais moderna. Esta instituição acabou sendo desmembrada e gerenciada pela Caixa Econômica Federal assim como seu agente financeiro, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Em 1988, com a Constituição Federal, o cidadão brasileiro viu seus direitos sociais serem finalmente efetivados, dentre muitos desses direitos o da moradia exposto no Art. 6º colocava o trabalhador assalariado como protagonista desta conquista. Em contrapartida o Art.7º, no que diz respeito ao trabalhador urbano e rural, no seu inciso IV, afirma que o salário mínimo deveria atender suas necessidades básicas tanto do trabalhador como de sua família e a moradia seria uma delas.

“São prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitem melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao aferimento de igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade.” (SILVA, 1995, p. 276-277)

Afirmar que as normas constitucionais possibilitam liberdade, direitos individuais, enfatiza a forma da população buscar seus direitos. Entretanto a constituição acabou deixada de lado no que se referia a moradia ao trabalhador e as classes mais pobres da população. Em 1989 com as primeiras eleições diretas para presidente o governo cria alguns ministérios, que foram sendo substituídos por novas secretárias, como é o caso do Ministério do Bem – Estar Social criado em 1988 e é extinto no ano seguinte (anos mais tarde voltaria no governo FHC).

Em seu lugar foi criada a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária. O governo do presidente Fernando Collor de Mello, com um discurso de reforma do Estado, de combate a corrupção com a caça aos marajás do governo, acaba não conseguindo seus objetivos. Como plano de governo faz a privatização de estatais e o confisco das cadernetas de poupança que acabaram comprometendo a população e a Política Habitacional do país. Este movimento do governo retirou o acesso da população mais pobre da Política Habitacional, o que já

era difícil tornou-se inviável, favorecendo a classe média alta com o livre comércio e a valorização de terras pelo mercado imobiliário. Nesta conjuntura de fatores e a ausência do governo em defesa da classe trabalhadora, agravou a situação econômica e social do país.

(...) a chamada “Classe Política”, que não apenas exerce a função de representantes de grupos dominantes, mas exerce o poder, muitas vezes, de forma pessoal, não atendendo os interesses de grande parte da população que sofre a ação dos governos e daqueles que tomam as decisões.” (BALDISSERA,1995, p.66)

Após o impeachment do presidente Collor de Mello, assumiu seu vice Itamar Franco que como meta de governo para a habitação lançou o Programa Habitar Brasil, com a incumbência de atender municípios com mais de 50 mil habitantes. Para municípios de menor porte foi criado o Morar Município. Os dois programas dependiam de verbas orçamentárias para funcionar, bem como, recursos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

Ambos os programas não surtiram o efeito desejado em relação ao problema habitacional que existia no Brasil. Entretanto no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1998), foi criado o Ministério do Planejamento e Orçamento que ficou responsável pela reformulação e implantação da nova Política Nacional de Habitação. Esta medida se fez necessária devido a pressão de movimentos populares junto ao governo federal como o Movimento Nacional pela Moradia. Embora com a pressão feita e a reformulação em andamento, o presidente Fernando Henrique um sociólogo de formação, engajado no social, acabou não conseguindo em seus dois mandatos (1994 -1998) e (1998 – 2002), colocar em pratica uma política de habitação de interesse social que atendesse as populações mais carentes e diminuísse o déficit habitacional.

Entretanto, cabe ressaltar, que a preocupação em corrigir a forma desordenada do crescimento das cidades, havia a especulação imobiliária, que por sinal buscava áreas bem centralizadas já urbanizadas e que acabavam por ficar com a população de maior renda. Enquanto que áreas longe das cidades que necessitavam de infra - estrutura das prefeituras (Pavimentação, saneamento) acabava ficando com a população de baixa renda. Esta pequena conjuntura de fatores colaborou para o surgimento do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) ainda no governo FHC. A virada na história da população brasileira que por anos ficou de fora dos planos habitacionais dos governos, ocorreu quando o então candidato à

presidência Luiz Inácio Lula da Silva oriundo da classe dos trabalhadores, prometeu uma administração baseada na retomada do crescimento das classes mais pobres e a distribuição de renda a população.

Em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência tomou como primeira medida de governo, a instituição do Ministério das Cidades. Primeiro como uma medida Provisória de nº 103, que logo depois em maio daquele ano foi convertida na Lei nº 10.683. Entre suas funções estava a de organizar políticas públicas para o desenvolvimento nas áreas da habitação, de saneamento e transportes, realizando o planejamento urbano com a contribuição de cada cidade brasileira inserida nas políticas de desenvolvimento organizadas pelo Ministério. Com a criação do ministério foi possível inserir políticas e programas para o acesso da população de baixa renda com relação à habitação.

Em 16 de junho de 2005 foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social regulamentada pela Lei nº 11.124. Para que as cidades brasileiras tivessem acesso a este sistema nacional de habitação o artigo de nº12 da Lei 11.124/2005, prevê que os Estados e Municípios, deva se comprometem a elaborar Planos Locais de Habitação de Interesse Social. De posse deste plano e a apresentação do mesmo é possível a qualquer município captar recursos do Fundo Nacional de Interesse Social para viabilizar sua efetivação. Desse modo acredito que algumas Políticas Habitacionais foram ruins para a população, pois, os governantes do país demoraram a entender o real problema habitacional que existia no país.

3.2 A Assistência Social uma garantia adquirida

No começo dos anos 1930 a Assistência Social no Brasil esteve ligada a caridade e filantropia. Neste período não havia a percepção de que a pobreza era uma expressão da questão social no país. Ao defrontar-se com a sociedade seu vínculo era percebido como marginalização, tratada como caso de polícia, a pobreza, era ressaltada como um erro social e individual do sujeito.

(...) o conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum. Os indicadores utilizados para estimar o grau de pobreza de uma sociedade partem de medidas quantitativas comparativas, demarcando os estratos sociais que enfrentam os mais baixos padrões de vida. (Sposat,1997, p.13)

Este contexto perdurou até meados dos anos 1940, quando a Assistência Social toma outra forma durante a 2ª grande guerra mundial. Em 1942, é criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA com o objetivo de ajudar famílias de pracinhas combatentes. O sucesso desta instituição serviu de suporte para o governo atender sua população mais pobre, que ansiava por ajuda. A instituição conseguiu atender uma enorme demanda das populações carentes, vulneráveis, buscando proporcionar um desenvolvimento social com enorme desenvolvimento e impacto nas comunidades.

A Assistência Social neste período não tinha seu trabalho reconhecido, já que seus serviços era técnico e assistencialista em um momento onde o governo brasileiro tentava reprimir manifestações sociais com ajuda da classe dominante burguesa. Neste viés, o Serviço Social não conseguia perceber e efetivar auxílio recorrente das questões sociais que se apresentavam a todo momento. Durante os anos de “chumbo” do regime militar na década de 60 até 80, os militares deixaram marcas profundas de desigualdade social e econômica.

[...] realizaram ações em todo âmbito da vida social – do econômico ao político e cultural – com objetivo de criar condições necessárias ao florescimento do setor privado, nacional e imperialista. Isto significava, de um lado, proporcionar a máxima extração de mais-valia absoluta e relativa da força de trabalho assalariada industrial e agrícola, com forte arrocho salarial – congelamento dos salários e queda do seu valor real. (PEREIRA, 2008. p. 109)

Ainda conforme a autora PERREIRA (2008), o congelamento salarial só foi possível com a política de controle pelo Estado da força de trabalho, a repreensão das greves e manifestações. Junto a isto, soma-se o medo e insegurança imposto no emprego do trabalhador. Os governos militares foram marcados por forte repreensão aos movimentos sociais, que lutavam por melhores condições de vida, que em contrapartida, acabaram exercendo grande influência na política de Assistência Social configurando uma luta por mudanças. Mas, nos anos 80, grande parte da população vivia a desigualdade e ansiava por medidas e respostas em uma democracia.

A democracia para o povo correspondia a todas as expectativas, a luta por uma política de assistência que atendesse as demandas da nação eram eminentes, propostas como: o direito a seguridade social e nela seu tripé de sustentação, como garantia a saúde, a assistência e a previdência social. Com a aprovação na Constituição Federal de 1988 de uma política de seguridade social, novos caminhos estavam sendo articulados pela sociedade civil em relação a assistência social.

Art.194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (MORAIS, 2001, p. 193).

Nos anos de 1990, o Serviço Social enfrentou seu maior desafio ao lidar com o número excessivo de demandas que norteavam o trabalho do Assistente Social. Uma época marcada pela enorme desigualdade, fruto de uma política econômica pesada do governo federal, que ignorava as questões de ordem social. Diante disso a Assistência Social recebe forte ajuda neste período ao ser aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social, (LOAS) sob a Lei nº 8.742 de 7 de Dezembro de 1993 que juntamente com o Sistema Único de Assistência Social o SUAS salvaguardar os direitos dos cidadãos usuários destas Leis.

Art.1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL,1993)

A pobreza e a miséria aumentava de forma alarmante, com o atraso de algumas medidas de proteção social da população. A LOAS Tornando-se uma política pública de proteção a família e ao atendimento aos usuários em situação de vulnerabilidade social.

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO E IAMAMOTO,1983, p 77).

Com a LOAS foi possível, mostrar e trazer para a apreciação da sociedade, toda a pobreza e miséria que norteavam o cenário brasileiro. Desta forma durante estes anos, o país continuou com seus governos voltado para o viés econômico e

estatal. Mas mesmo com todos problemas econômicos e sociais, à Assistência Social fica desvinculada do modelo governista e usando de seus instrumentais técnicos e metodológicos muda a estratégia de combate à fome e a miséria. Mas faltava uma condição de ascensão social neste contexto, então, com um governo voltado ao social em sua campanha política Luiz Inácio Lula da Silva ganha a presidência no ano de 2003. Em seu governo passa transformar e diminuir a desigualdade que assola o país a anos, buscando nas políticas de proteção e igualdade social sua afirmação no cenário nacional.

É evidente que uma 'cruzada solidária' contra a fome tem grande apelo e é capaz de realizar um consenso social (dimensão importante para o governo), mas é também mais do que conhecida a necessidade de enfrentar, no âmbito estrutural das relações sociais, as causas da fome e da pobreza. (YAZBEK, 2004, p. 112)

Conforme a autora combater a fome e a miséria bem como a desigualdade, gera um grande desafio a qualquer governo. O apelo popular por um governo social, consolidou a posição do governo Lula, frente a esta fragilidade imposta pela desigualdade social junto a população de baixa renda durante muitos anos.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS

A cidade de Santa Maria - RS possui, nos dias atuais, uma população de aproximadamente 274.838 habitantes.⁷ Considerada uma cidade de médio porte, o município enfrenta problemas de ordem social como qualquer outro município no país. Entre alguns desses problemas, a falta de moradia é uma das maiores dificuldades encontradas pelas famílias de menor poder aquisitivo da cidade. Além disso, a falta de saneamento básico em algumas localidades do município também é um desafio a ser enfrentado pelo executivo municipal. Muitas residências estão em situação precária em áreas de risco, bem como em rota de obras do município. Diante desta realidade, a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, desenvolve seus trabalhos junto a população com o intuito de amenizar

⁷ Segundo dados do IBGE 2014

essas dificuldades visto que é necessário universalizar o acesso a moradia digna conforme determina a Política Nacional de Habitação.

A Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF) funciona no 5º andar junto ao prédio da administração municipal, no centro da cidade de Santa Maria - RS. O atendimento é voltado a população usuária do município, executando políticas públicas municipais de habitação saneamento e regularização fundiária. A secretaria de habitação de Santa Maria, em parceria com o governo federal, e em concomitância com seus projetos, tenta melhorar e diminuir o déficit habitacional como ocorre na maioria das cidades brasileiras. A execução de programas sociais do governo federal, além de visar a construção de unidades habitacionais, tem por objetivo, também, a inclusão da população mais carente em benefícios sociais, aumentando assim sua qualidade de vida.

O Serviço Social foi inserido na secretaria da habitação pela necessidade de se ter em seus quadros técnicos um profissional com conhecimento da área social para trabalhar no auxílio da execução dos Programas Sociais do Governo Federal. Desse modo, atendeu-se uma das exigências de implementação do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC), que prevê essa atuação integrada entre os profissionais. O PAC tem o recurso de 2,5% do valor total da execução das obras de infraestrutura, saneamento e unidades habitacionais. Além desses recursos tem o acompanhamento dos beneficiados, isso é de responsabilidade do assistente social com experiência de dois anos na política de Habitação. Este trabalho é possível com a integração e o desenvolvimento de trabalho de 3 Assistentes Sociais que a Secretaria possui. No sentido de buscar garantir os direitos aos usuários as Assistentes Sociais estão inseridas neste espaço fortalecendo o vínculo familiar, bem como, a perspectiva da igualdade de gênero tendo em vista que a mulher atualmente é vista também como chefe da família.

Em relação ao encaminhamento para moradias na secretaria de habitação, as primeiras inscrições começaram em 2002. No início, as pessoas buscavam a secretaria na esperança de conseguir uma casa, no entanto, como não havia ainda um programa para atender essas famílias, os cadastros eram arquivados na secretaria. Quando o governo federal instituiu o PAC a prefeitura municipal de Santa Maria criou um plano de mapeamento de áreas risco e rota de obras, além de áreas para construção de casas como forma de realocar as famílias e começar a captar recursos do programa.

Feito este processo, foi elaborado o Plano Municipal de Redução de Riscos pela Lei n °8.666/93. Além disso, foi preciso planejar a colocação das famílias que viviam nestas áreas, nesse sentido, tornou-se necessário contratar uma assistente social no ano de 2009, para a criação de um projeto social que possibilitasse o encaminhamento das famílias em áreas de risco, ou em rota de obras. Após a colocação de todas as famílias identificadas, começou a realocação nas residências das famílias que haviam feito seu cadastro entre os anos de 2005 a 2009.

Com as verbas oriundas do programa foram construídos três loteamentos: o primeiro foi o Cipriano da Rocha com 543 unidades habitacionais; o segundo foi o Loteamento Lorenzi com 64 unidades habitacionais e o terceiro foi o Loteamento Brenner com 357 unidades habitacionais. Conforme podemos observar na foto abaixo:



Figura 2 – Casas do Loteamento Brenner

Esse programa contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, além disso, elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Em relação aos benefícios sociais, os usuários

beneficiados com sua moradia recebem, também, uma cartilha e são encaminhadas para a Secretaria de Assistência Social com a finalidade de serem incluídos na Tarifa Social de Baixa Renda para desconto nas contas de energia elétrica e abastecimento de água.

No ano de 2011 o PAC entrou na sua segunda fase com o mesmo pensamento estratégico. O programa foi aprimorado pelos anos de experiência da fase anterior, nesse sentido, obteve mais recursos e mais parcerias com estados e municípios para a execução de obras estruturantes com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Além de beneficiar pessoas cadastradas, o programa tem como prioridade atender pessoas em situação de área de risco, com núcleo familiar vulnerável, integrado por filhos menores, deficientes físicos, etc.

Com a reconfiguração das famílias, nos dias de hoje, a mulher ganhou um espaço importante no núcleo familiar. Em muitas situações ela é a provedora do lar e considerada a chefe da família. Dessa forma, nos cadastros de programas sociais, sobretudo no PAC, a mulher acaba tendo seu nome como beneficiária do imóvel.

Por fim, dentro das atribuições da secretaria, são feitas entrevistas e a atualização no Cadastro Único para programas sociais. O resultado desse processo são centenas de moradias dignas em forma de conjuntos habitacionais de interesse social, entregues a população da cidade.

Também neste setor, desenvolve-se o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, que é um programa do Governo Federal lançado em 2009 e realizado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. O programa consiste na aquisição de terreno para construção e/ou requalificação de imóveis que servem como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento, constituídos de apartamentos ou casas, que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00.

Esse programa tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas unidades habitacionais. Atualmente essa meta é de 2 milhões de novas moradias para as famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5.000,00. Para a participação no programa é necessário uma inscrição prévia, após é feita a seleção dos grupos familiares que preencham os critérios municipais pré-estabelecidos; dependendo da demanda é realizado sorteio. Já no setor da Regularização Fundiária da secretaria é realizado o cadastramento de lotes

irregulares do município. Para a Concessão do Direito Real de Uso é feita a regularização sustentável de interesse social ou específico, bem como projetos de lotes urbanizados, além da análise e elaboração de planos de reurbanização.

4.1 Síntese de Experiência

O Estágio Supervisionado de Serviço Social, foi realizado na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária do município de Santa Maria – RS. Nas primeiras observações do estágio foi possível constatar as mais variadas formas de expressões da Questão Social presentes no cotidiano dos usuários que procuravam a secretaria. Problemas como violência, discriminação, drogas, etc., fazem parte do cotidiano da maioria dessas pessoas. Essas expressões tornaram-se rotina no atendimento dos usuários pelos Assistentes Sociais que trabalham na secretaria. O projeto de intervenção foi desenvolvido dentro deste campo de estágio, junto aos moradores do Loteamento da Vila Brenner. Uma das especificações do projeto foi a delimitação de um número específico de moradores para uma melhor compreensão e desenvolvimento do trabalho.

O Loteamento Brenner é composto atualmente por 386 moradias⁸. Esse programa habitacional acabou beneficiando pessoas que moravam em áreas de risco⁹ da cidade, bem como famílias em situação de vulnerabilidade social. Uma das características das famílias entrevistadas no loteamento é, em geral, a de que muitas mulheres atuam como chefes de família. Durante esse processo foi possível entrevistar 24 famílias devido ao tempo curto para elaborar e aplicar o projeto, somado a resistência de algumas famílias em responder ao questionário proposto. Durante a entrevista foi perguntado se a família tem acesso/possui a Tarifa social.

⁸ Informações no site Prefeitura Municipal de Santa Maria

⁹ “Área de risco” possibilidade de perigo, perda ou dano do ponto de vista social e econômico, a que a população esteja submetida caso ocorram escorregamentos e processos correlatos” CUNHA (1991)

Tabela 1: famílias que tem acesso/possuem a Tarifa Social

SIM	62%
NÃO	38%
TOTAL DE FAMÍLIAS	24

(Fonte: sistematização do autor, 2014)

De acordo com o quadro 1, podemos identificar que, entre as famílias entrevistadas, 62% tem acesso/possuem a Tarifa Social e 38% não tem acesso/não possuem o benefício. No segmento da entrevista, foi abordado se as famílias recebem desconto de energia elétrica devido a Tarifa Social.

Tabela 2: recebem desconto na energia elétrica devido a Tarifa Social

SIM	58%
NÃO	42%
TOTAL DE FAMÍLIAS	24

(Fonte: sistematização do autor, 2014)

Dessas famílias entrevistadas, 58% recebem desconto de energia elétrica por causa da Tarifa Social, enquanto que 42% não recebem este desconto por não possuírem/terem acesso a Tarifa Social.

A mesma pergunta foi feita para saber se havia desconto no abastecimento de água:

Tabela 3: famílias que recebem desconto no abastecimento de água

SIM	50%
NÃO	50%
TOTAL DE FAMÍLIAS	24

(Fonte: sistematização do autor, 2014)

De acordo com a tabela 3, 50% das famílias ganham desconto na tarifa da água, enquanto que 50% não recebem o desconto. Foi possível perceber é que as famílias que não possuem a Tarifa Social são em sua maioria mulheres donas de casa ou que tem como ocupação o trabalho informal como recicladoras. Estas mulheres não possuem condições de deslocamento até o centro da cidade, devido à distância do bairro para garantir seu direito à Tarifa Social. Outra realidade encontrada durante a aplicação do projeto, foi o número de reclamações em relação ao desconto obtido pelas famílias na conta de energia elétrica.

Ficou claro que devido à falta de informação, as famílias não se preocupam em economizar energia, achando que o consumo excessivo não altera o desconto. Quanto maior é a economia maior é o desconto, enquanto que quanto maior o consumo menor é o desconto. A reflexão que consegui fazer durante o estágio e a aplicação do projeto, é de que embora muitas famílias ainda não compreendam a importância de garantir seus direitos para uma melhor condição de vida, o Serviço

Social vem trabalhando de forma efetiva na informação e diálogo junto às famílias beneficiadas para a construção de sua cidadania

4.2 Limites e possibilidades encontrados durante o Projeto de Intervenção

O estágio supervisionado no Serviço Social constituiu um aprendizado e um amadurecimento que só foi possível após passar por algumas etapas na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. No primeiro momento foi importante conhecer a instituição onde seria realizado o estágio, a supervisora de campo e os desafios que encontraria pela frente. A percepção das refrações da questão social dentro do campo de estágio, e a possibilidade de enfrentamento dessas questões foi muito importante para a percepção entre a teoria e a prática.

A Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.(IAMAMOTO, 2000, p.23).

A teoria aprendida dentro da sala de aula, foi importante para entender o enfrentamento das questões sociais de forma ética, com referências teóricas e metodológicas respaldadas pela Lei de Regulamentação da Profissão. Foi possível estabelecer uma visão ampla da realidade que nos cerca, percebendo de que forma o acolhimento, a escuta e as entrevistas com os usuários da Secretaria, tornavam o trabalho do Assistente Social algo único. Para uma melhor compreensão sobre visita domiciliar vale ressaltar o que Amaro (2003) explica:

É uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. No geral, a visita domiciliar, como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver: a observação, a entrevista e a história ou relato oral (AMARO,2003, p,13).

O acompanhamento nas visitas domiciliares, mostrou a realidade de muitos usuários e de que forma esta observação era importante para a ação profissional do Assistente Social. Importante ressaltar que pelo trabalho realizado ficou evidente na percepção durante o estágio que a falta de profissionais na instituição para suprir as demandas seja ainda um problema a ser resolvido. O trabalho dos Assistentes

Sociais que encontram-se hoje na instituição, por muitas vezes tem seu trabalho prejudicado pela falta de lugar adequado para acolhimento. O sigilo durante o acolhimento e a escuta sensível que são ferramentas para uma melhor compreensão da realidade do usuário fica totalmente comprometido expondo o usuário as condições que a instituição impõe. Os desafios encontrados foram muitos na aplicação do projeto no loteamento da Vila Brenner, que fica na região norte da cidade local escolhido para a execução do mesmo foram muitos. Conforme podemos observar na foto retirada no local da aplicação do projeto.



Figura 3 – Vista parcial do final do terreno das casas no Loteamento Brenner

Desde a distância do bairro até o centro aproximadamente 4 km, o tempo curto de estágio prejudicando a elaboração e aplicação do projeto de intervenção até a dificuldade de aplicação do questionário proposto, devido à preocupação que muitos usuários tinham em dar qualquer informação. Mas usando sempre de estratégias aliadas aos fundamentos do Serviço Social, procurando tratar sempre os

usuários como sujeitos percebeu –se que o receio de dar informação era uma forma de defesa, em relação à situação que muitos se encontravam, como invasão de suas casas, medo de denúncias entre outros. Após todo este suporte e aprendizado com os instrumentos teóricos-metodológico foi possível elaborar e aplicar o Projeto de Intervenção, junto aos beneficiários do Programa Habitacional do Município. O Projeto de Intervenção tinha a finalidade de identificar quais famílias do loteamento da Vila Brenner possuíam a Tarifa Social para desconto na energia elétrica, bem como, no abastecimento de água.

Apesar de algumas dificuldades encontradas foram usados instrumentais técnicos como entrevista, visita domiciliar e ferramentas como a escuta sensível que aliados a teoria e o objetivo de propor um diálogo e uma intervenção diante da situação dos usuários foi alcançado. A descoberta das famílias que não possuíam a Tarifa Social através do questionário aplicado, o encaminhamento para a busca deste direito, foram propostas realizadas com êxito diante das famílias entrevistadas.

Diante disso o trabalho realizado mesmo diante das dificuldades que se apresentaram, contribuiu para que fosse possível a construção do fortalecimento dos usuários na busca pelos seus direitos. A construção da prática profissional aliada a teoria aprendida revela a importância do trabalho do Assistente Social na busca constante da compreensão da realidade, bem como, o enfrentamento das questões sociais que se apresentam constantemente na vida dos usuários.

CONCLUSÃO

Diante do trabalho realizado podemos considerar que há uma parte considerável de moradores do Loteamento Brenner que não tem acesso à Tarifa Social. Além disso, de acordo com os dados levantados durante o projeto de intervenção junto a secretaria de habitação do município de Santa Maria chegamos à conclusão de que existe uma falta de informação sobre alguns programas sociais do governo, como a Tarifa Social. Essa constatação traz em seu bojo uma reflexão acerca da demanda de trabalho social que as políticas habitacionais proporcionam. Nesse sentido, essa área necessita cada vez mais de profissionais da assistência social.

Ao finalizar este trabalho também é preciso argumentar que ao perceber a fragilidade dos usuários diante da falta de informação sobre a Tarifa Social houve um desejo de trabalhar este tema, sobretudo devido à pouca produção acadêmica nesta temática específica. Sabendo que a Tarifa Social hoje é um direito adquirido, o trabalho do assistente social torna-se essencial para que possa fortalecer o combate à desigualdade na esfera municipal. A elaboração de trabalhos nessa área contribui para que futuros profissionais possam refletir sobre os Programas Sociais na busca de melhores soluções diante da fragilidade dos usuários.

Nesse sentido, vale destacar que o problema habitacional tornou-se um problema social que demorou a ser percebido pelos governos brasileiros.

Quando se entende que a moradia é uma necessidade básica para qualquer pessoa, a Política Habitacional, ao efetivar a moradia às famílias de baixa renda, contribuiu para que a inclusão no meio social fortaleça sua autoestima e sua garantia a moradia digna.

Assim, a importância do Serviço Social no fortalecimento destes vínculos é fundamental, seja no cotidiano do seu trabalho, ou no sentido de buscar estratégias para que os usuários venham a tornar-se protagonistas de sua trajetória através do resgate de sua cidadania e autoestima. Desse modo, a inserção de acadêmicos do Serviço Social nos campos de estágio torna-se de fundamental importância para a construção conjunta com os profissionais, sua percepção e desenvolvimento de

trabalhos cada vez mais importantes como forma de aproximar-se da população garantindo, assim, seus direitos e suas conquistas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa / Sarita Amaro. - Porto Alegre: 1ª ed. AGE, 2003, 2ª ed. 2007.

BALDISSERA, Adelina. **Participação Popular nos Conselhos Municipais**. In Sociedade em Debate. N. 1, Pelotas: Educat, 1995. p. 65-71

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15/10/2014

_____. **LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm Acesso em 17/11/2014, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**. Manual de Gestão de Condicionalidades. 1ª Edição. Brasília – DF. 2006.

_____. **Ministério Desenvolvimento Social**, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios> Acesso em 10/12/2014

_____. **Política Nacional de Habitação**, 2004. Acesso em 10/12/2014

CARVALHO, José Murilo de, 1939 **Cidadania no Brasil**: o longo caminho - 14ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania**. 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/>

IPEA. Instituto Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1997.

MORAES, Alexandre de. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17ªed. São Paulo. Atlas, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 10ª, ed. São Paulo. Cortez, 2007.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. JUNQUEIRA, Kleyd. **Cidades, Desigualdades e Territórios**. In. Capacitação Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social (Modulo 01). Ministério das Cidades, 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. “**Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional”. 1ª Edição –São Paulo: Xamã, 2008.

Perreira, Potyara A.P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais/Potyara A.P. Perreira – 2ªed. – São Paulo:Cortez,2002

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. In: Serviço Social e Sociedade nº 112, São Paulo. Ed. Cortez. 2012

PREFEITURA municipal de Santa Maria. Disponível em <http://www.santamaria.rs.gov.br/>. Acesso em: 17/11/2014

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço** – Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec, 1998
SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice O social e o político na Pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 10 ed. São Paulo: Malheiros. 1995

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos sociais e seguridade social**: uma revolução da consciência da cidadania. Brasília: SAS-MPAS/Fundap, 1997

TAVARES, Maurício Lopes. **Análise e evolução da tarifa social de energia no Brasil 1985/2002**/Maurício Lopes Tavares – Piracicaba 2003. Dissertação (mestrado) – Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, 2004.

YAZBEK, M. C. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, 2004.



QUESTIONÁRIO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Nome Completo:

Idade: _____

Quantas pessoas compõem a sua família?

Possui inscrição no CadÚnico/NIS: () Sim () Não

- () 1 pessoa
 () 2 pessoas
 () 3 pessoas

Possui Tarifa Social de Baixa Renda: () Sim () Não

- () 4 pessoas
 () 5 pessoas
 () Acima de 5 pessoas – Total: _____ Pessoas
- Conta de Água: () Sim () Não
 Conta de Luz: () Sim () Não

Qual é a renda mensal média de sua família hoje?

- () Até R\$ 510,00.
 () De R\$ 510,00 até R\$ 755,00.
 () Recebe Bolsa Família
 () Não possui nenhuma renda

Qual é o seu nível de escolaridade?

- () Analfabeto(a).
 () Primeiro Grau Incompleto. () Outros
 () Primeiro Grau Completo.
 () Segundo Grau Incompleto.
 () Segundo Grau Completo.

Quantas crianças ou adolescentes estão estudando em sua casa?

- () 1 criança () 2 crianças Ensino Fundamental () Sim () Não
 () 3 crianças () 4 crianças
 Turno: N () M () T ()
 () 5 crianças () 6 crianças Ensino Médio () Sim () Não
 () Nenhuma. () Acima da 6 crianças

Idades:

Adolescentes: () Sim () Não Quantos: ()
Ensino Fundamental () Sim () Não Turno: N () M () T ()
Ensino Médio () Sim () Não Idades:

Alguém de sua família está doente?

Sim () Não ()

Recebe benefício de prestação continuada: () sim () Não

Qual é o seu estado civil?

- () Solteiro(a).
- () Casado(a) () Viúvo(a)
- () Separado(a) Judicialmente.
- () Mora com Companheiro (a)
- () Divorciado(a).
- () União Estável – Amigado(a) – Amasiado(a)

Assinatura: